

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SALUS EMPREENDIMENTOS
LOGÍSTICOS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

SALUS EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICOS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 253, conjunto 37, CEP 01451-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.426.513/0001-33, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, sala 317, Barra da Tijuca, CEP 22.775-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, nomeado neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente "Agente Fiduciário";

CONSIDERANDO QUE:

- a) com o objetivo de melhor atender à sua demanda por transportes de carga, a Usiminas solicitou à Emissora que adquirisse e a ela locasse as Locomotivas;
- b) em atendimento à solicitação da Usiminas, a Emissora, por meio da celebração do Contrato de Fornecimento MGE, em 14 de outubro de 2010, se comprometeu a adquirir as Locomotivas da MGE, que, por sua vez, aceitou fornecê-las;
- c) a locação das Locomotivas à Usiminas foi formalizada, em 14 de outubro de 2010, por meio da celebração do Contrato de Locação Usiminas;
- d) como a Emissora adquiriu as Locomotivas exclusivamente para fins de locação a terceiros, a Emissora objetiva mantê-las locadas pelo maior prazo possível, tendo em 14 de outubro de 2010, celebrado com a FCA e, na qualidade de interveniente anuente, com a Vale Operações Ferroviárias o Contrato de Locação Sob Condição, pelo qual

ficou ajustado que, na hipótese de rescisão, por qualquer motivo, ou não renovação do Contrato de Locação Usiminas, as Locomotivas serão imediatamente locadas à FCA;

- e) como os aluguéis estipulados no Contrato de Locação Usiminas e no Contrato de Locação sob Condição constituem fluxo necessário para viabilizar o financiamento da aquisição das Locomotivas, tais instrumentos asseguram à Emissora o recebimento integral de todos os valores relativos aos aluguéis, em relação ao prazo integral previsto para a locação, independentemente da ocorrência de quaisquer fatos que reduzam a quantidade ou o valor dos bens locados, incluindo as hipóteses de não entrega ou inexistência de uma ou mais Locomotivas, ou que gerem a sua rescisão;
- f) tendo em vista que suas atividades não são ligadas à área de transporte ferroviário, a Emissora tem interesse em vender as Locomotivas tão logo estas deixem de ser locadas a terceiros, tendo, portanto, em 14 de outubro de 2010, celebrado com a Vale Operações Ferroviárias o Contrato de Fornecimento, pelo qual, em linhas gerais, a Vale Operações Ferroviárias se comprometeu a adquirir as Locomotivas assim que a Emissora deseje vendê-las, desde que não mais estejam locadas a terceiros; e
- g) em vista do disposto acima, as Locomotivas poderão ser vendidas à Vale Operações Ferroviárias, a critério da Emissora, no caso de rescisão do Contrato de Locação Usiminas e do Contrato de Locação Sob Condição;

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

JUCESP
09 11 10

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I desta Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 26 de outubro de 2010.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da referida Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente Emissão, arquivada na JUCESP, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Diário do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo" em 28 de outubro de 2010, conforme o artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.



4.1.1 A Emissora tem por objeto social a locação de (i) locomotivas; e (ii) dispositivos, equipamentos, componentes e acessórios que as compõem, para posterior locação e/ou cessão dos referidos bens e/ou dos direitos a eles relacionados e a respectiva gestão de tais bens para terceiros.

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$145.673.475,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), na Data de Emissão.

4.5.1 Serão emitidas 2.850 (duas mil, oitocentas e cinquenta) Debêntures.

4.6.1 O Banco Citibank S.A. será tanto o Banco Mandatário como a Instituição Depositária das Debêntures.

4.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão terão a seguinte destinação:

- JUN 2019
- 09 11 10
- a) 93,64% (noventa e três inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) serão direcionados ao pagamento pela aquisição das Locomotivas, a serem locadas à Usiminas e à FCA, conforme referido no item 5.11.1, "a", abaixo; e
- b) o montante remanescente será utilizado para fazer frente aos custos da operação e eventual saldo remanescente será mantido em caixa pela Emissora.

4.8 Limite da Emissão

4.8.1 A Emissão atende o limite de emissão previsto na alínea "a" do §1º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o valor total dos bens objeto das garantias reais vinculadas às Debêntures é de R\$292.110.894,80 (duzentos e noventa e dois milhões, cento e dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), sendo que R\$155.908.451,60 (cento e cinquenta e cinco milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos) são referentes aos créditos cedidos fiduciariamente, nos termos do item 5.11.1 "a" abaixo, e R\$136.202.443,20 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos) são referentes às Locomotivas alienadas fiduciariamente ou que virão a ser alienadas fiduciariamente, nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária de Locomotivas.

4.9 Registro para Distribuição e Negociação

4.9.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do módulo SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a liquidação financeira realizada através da CETIP.

4.9.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09. Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no §1º do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09.

4.9.3 Sem prejuízo do disposto no item acima, as Debêntures serão registradas para negociação no módulo SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas pela CETIP.

4.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços, observados os termos e condições previstos no Contrato de Colocação, com intermediação da SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

4.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição.

4.10.3 Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, desde que haja a subscrição e integralização do montante mínimo correspondente a R\$80.000.000 (oitenta milhões de reais), dentro do prazo de colocação indicado no item anterior.

4.10.3.1 Caso Debêntures suficientes para perfazer o Montante Mínimo não sejam integralmente subscritas e integralizadas no prazo de colocação indicado acima, (a) as Debêntures emitidas serão automaticamente canceladas pela Emissora após serem recompradas dos investidores; e (b) a SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. comunicará os investidores, imediatamente e por escrito, sobre a revogação da oferta pública das Debêntures.

4.10.3.2 Nesse caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures terão direito à restituição integral do valor pago em contrapartida às Debêntures, sem adição de tributos, correção monetária ou qualquer remuneração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação enviada pela SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. através de operação de compra e venda para as debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou através do Banco Mandatário / Instituição Depositária.

4.10.3.3 Ao receber referida restituição, os investidores deverão (a) fornecer à Emissora recibo de quitação relativo aos valores restituídos; e (b) devolver os boletins de subscrição relativo às respectivas Debêntures.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

11054
001100

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$51.113,50 (cinquenta e um mil, cento e treze reais e cinquenta centavos) na Data de Emissão.

5.1.2 *Quantidade de Debêntures*

5.1.2.1 Serão emitidas 2.850 (duas mil, oitocentas e cinquenta) Debêntures, perfazendo o valor total da Emissão de R\$145.673.475,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

5.1.3 *Número de Séries*

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 *Data de Emissão*

5.1.4.1 A data de emissão das Debêntures será a data de assinatura desta Escritura. Exclusivamente para fins de cálculo das amortizações, Juros Remuneratórios e Atualização Monetária, a Data de Emissão será 15 de outubro de 2010.

5.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se em 15 de outubro de 2017, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*



5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade e Tipo*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 Subscrição

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.10.2 acima.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será atualizado anualmente na Data de Atualização, correspondente ao dia 15 de outubro de cada ano, pela variação acumulada do IPCA, desde a Data da Emissão ou da última atualização até o mês imediatamente anterior ao da Data de Atualização, sendo o resultado dessa atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.5.2 O Valor Nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal de emissão ou saldo do valor nominal, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right], \text{ onde:}$$

n = Número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro.

NI_k = Valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização.

NI_{k-1} = Valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

dcp = Número de dias corridos entre (i) 15 de outubro de 2010, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias corridos de vigência do índice de preço, sendo dcp um número inteiro.

dct = Número de dias corridos contidos entre (i) 15 de outubro de 2010, para o primeiro mês de atualização, ou (ii) a última e a próxima data de aniversário, sendo dct um número inteiro.

Observações:

(1) Considera-se a data de atualização das Debêntures, para fins de cálculo da atualização monetária, o dia 15 de outubro de cada ano ou o primeiro dia útil posterior, caso o dia 15 não seja dia útil.

(2) O termo "Número-Índice" refere-se ao número-índice do IPCA, divulgado com todas as casas decimais.

5.5.3 A aplicação do IPCA incidirá anualmente, ou em período inferior, caso permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade, observado o disposto abaixo:

- a) caso no mês de atualização o número-índice não seja publicado ou não esteja disponível por algum motivo, o IPCA será substituído pelo IPC; caso o IPC não seja publicado ou não esteja disponível por algum motivo, então o IPC deverá ser substituído pelo IGP-M; caso o IGP-M não esteja disponível ou não seja publicado, então será utilizado o índice de preços que melhor reflita a variação de preços no período aplicável, estabelecido pela Emissora e pelos Debenturistas através de consentimento mútuo;
- b) o IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- c) considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês; e
- d) os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior.

5.6 Juros Remuneratórios

5.6.1 As Debêntures renderão juros de 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado conforme o item 5.5 acima, a partir da Data de Emissão, e pagos mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2011, observada, portanto, a carência de 3 (três) meses para o início do pagamento de juros. Os demais pagamentos deverão ocorrer no dia 15 de cada mês. Na hipótese de o dia 15 não ser dia útil, o pagamento deverá ser realizado no segundo dia útil subsequente.

5.6.1.1 Durante o prazo de carência de 3 (três) meses para início do pagamento dos Juros Remuneratórios, acima mencionado, os Juros Remuneratórios serão incorporados ao saldo devedor das Debêntures.

11.03.11

5.6.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

J = Valor unitário de juros, no caso de juros fixos, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros fixos, calculado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \left\{ \left[\left(i + 1 \right)^{\frac{n^{\circ} \text{ meses} \times 30}{360}} \right]^{\frac{dcp}{dct}} \right\}, \text{ onde:}$$

i = 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;

VNa = Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

nº meses = Número de meses inteiro entre a data do primeiro evento de juros ou entre o pagamento anterior e o próximo pagamento de juros;

dcp = Número total de dias corridos entre o último evento e a data atual, sendo dcp um número inteiro;

dct = Número total de dias corridos entre o último e o próximo evento, sendo dct um número inteiro.

5.6.3 Em consonância com artigo 2º, Parágrafo Único, IV, da Decisão Conjunta nº 13, de 14 de março de 2003, do Banco Central do Brasil e da CVM, o pagamento dos Juros Remuneratórios e da amortização de principal realizados em períodos inferiores a 1 (um) ano devem ter como base de cálculo o Valor Nominal das Debêntures, sem considerar correção monetária de período inferior a um ano. Dessa forma, a título ilustrativo, os Juros Remuneratórios referentes às parcelas de novembro de 2010 a setembro de 2011 (inclusive) incidirão sobre o Valor Nominal sem qualquer atualização; já os Juros Remuneratórios referentes às parcelas outubro de 2011 (inclusive) a setembro de 2012 (inclusive) incidirão sobre o Valor Nominal corrigido em outubro de 2011.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado nos termos do item 5.5 acima, será amortizado de acordo com a seguinte fórmula, sendo a primeira parcela devida

em 15 de dezembro de 2010, observada, portanto, a carência de 1 (mês) mês para o início do pagamento de amortização. As demais amortizações deverão ocorrer mensalmente, sempre no 15 de cada mês, de acordo com o Anexo II ao presente instrumento. Na hipótese de o dia 15 não ser dia útil, a amortização deverá ser realizada no dia útil subsequente.

$$AM_i = VNa \times \left(\frac{Ta_i}{100} \right), \text{ onde:}$$

AM_i = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Saldo do Valor Nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Tai = Taxa definida para a i-ésima amortização, expressa em percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme informada, em relação a cada amortização, na tabela abaixo:

Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai	Data Pagamento	Tai
15/11/10	0,0000%	15/11/11	1,0979%	15/11/12	1,3726%	15/11/13	1,7865%	15/11/14	2,4791%	15/11/15	3,8684%	15/11/16	8,0443%
15/12/10	0,3252%	15/12/11	1,1172%	15/12/12	1,4006%	15/12/13	1,8306%	15/12/14	2,5584%	15/12/15	4,0498%	15/12/16	8,8039%
15/01/11	0,5674%	15/01/12	1,1371%	15/01/13	1,4296%	15/01/14	1,8767%	15/01/15	2,6424%	15/01/16	4,2477%	15/01/17	9,7156%
15/02/11	0,1704%	15/02/12	1,1575%	15/02/13	1,4596%	15/02/14	1,9248%	15/02/15	2,7314%	15/02/16	4,4645%	15/02/17	10,8299%
15/03/11	0,3341%	15/03/12	1,1786%	15/03/13	1,4907%	15/03/14	1,9752%	15/03/15	2,8261%	15/03/16	4,7030%	15/03/17	12,2229%
15/04/11	0,5002%	15/04/12	1,2002%	15/04/13	1,5229%	15/04/14	2,0278%	15/04/15	2,9269%	15/04/16	4,9667%	15/04/17	14,0140%
15/05/11	0,7513%	15/05/12	1,2226%	15/05/13	1,5563%	15/05/14	2,0831%	15/05/15	3,0344%	15/05/16	5,2597%	15/05/17	16,4022%
15/06/11	1,0092%	15/06/12	1,2456%	15/06/13	1,5910%	15/06/14	2,1410%	15/06/15	3,1494%	15/06/16	5,5872%	15/06/17	19,7458%
15/07/11	1,0260%	15/07/12	1,2694%	15/07/13	1,6271%	15/07/14	2,2018%	15/07/15	3,2726%	15/07/16	5,9556%	15/07/17	24,7615%
15/08/11	1,0432%	15/08/12	1,2940%	15/08/13	1,6646%	15/08/14	2,2658%	15/08/15	3,4050%	15/08/16	6,3733%	15/08/17	33,1211%
15/09/11	1,0610%	15/09/12	1,3193%	15/09/13	1,7036%	15/09/14	2,3331%	15/09/15	3,5475%	15/09/16	6,8507%	15/09/17	49,8406%
15/10/11	1,0792%	15/10/12	1,3455%	15/10/13	1,7442%	15/10/14	2,4041%	15/10/15	3,7015%	15/10/16	7,4015%	15/10/17	100,0000%

5.8.2 O Valor Nominal Unitário das Debêntures após a amortização será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VN_r = VNa - AMT$$

VN_r = Valor Nominal remanescente após a i-ésima amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNa = Saldo do Valor Nominal atualizado, antes do pagamento da amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

AMT = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

5.8.3 Os Juros Remuneratórios, calculados conforme disposto no item 5.6 acima, serão pagos juntamente com cada uma das amortizações tratadas neste item.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (ii) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.9.1.2 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures, deverá encaminhar à Instituição Depositária, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.9.1.2.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

5.9.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em lei.

5.9.5 *Direito de Venda*

5.9.5.1 Nos termos do Contrato de Fornecimento, caso a locação das Locomotivas deixe de vigorar (inclusive em virtude de rescisão do Contrato de Locação Usiminas e do

Contrato de Locação sob Condição), a Emissora possui a prerrogativa de vender referidas Locomotivas à Vale Operações Ferroviárias, destinando os recursos obtidos à liquidação das Debêntures, declaradas vencidas antecipadamente de acordo com o item 6.3 abaixo.

5.9.5.2 Por meio de instrumento próprio, celebrado em 29 de outubro de 2010, a Emissora cedeu ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os direitos relativos ao Contrato de Fornecimento. Desse modo, caso assim determinado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, o Agente Fiduciário poderá vender as Locomotivas, de acordo com os termos e condições constantes do Contrato de Fornecimento.

5.9.6 *Dação em Pagamento*

5.9.6.1 Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 6.3 abaixo, e caso, por qualquer motivo, os direitos relativos à venda das Locomotivas, referidos acima, não possam ser ou não sejam exercidos e/ou a Vale Operações Ferroviárias, por qualquer motivo, se recuse ao cumprimento da obrigação de aquisição das Locomotivas, nos termos do Contrato de Fornecimento, o pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas poderá, a critério exclusivo da Emissora, ser realizado mediante a dação em pagamento (a) de parte ou da totalidade dos Direitos Creditórios; e/ou (b) de parte ou da totalidade das Locomotivas.

5.9.6.2 O valor das Locomotivas passíveis de dação em pagamento, com os quais os Debenturistas concordam automaticamente ao subscrever ou adquirir as Debêntures, será aquele equivalente ao seu valor de mercado, conforme laudo de avaliação a ser contratado pela Emissora, e elaborado por empresa previamente aprovada tanto pela Emissora como pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Diário do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.11 **Garantias**

5.11.1 Em garantia ao fiel pagamento das Debêntures, bem como de todos os demais valores, incluindo os Encargos Moratórios, decorrentes desta Escritura, foram constituídas as seguintes garantias:

- a) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, pactuada nos termos do Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- b) Cessão do Direito de Venda das Locomotivas: cessão aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, do direito de venda das Locomotivas à Vale Operações Ferroviárias, pactuado no Contrato de Fornecimento e descrito no item 5.9.5 acima; e
- c) Alienação Fiduciária: alienação fiduciária das Locomotivas, pactuada nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária de Locomotivas.

5.11.2 Os valores decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente nos termos do item 5.11.1, "a", acima, serão destinados à liquidação das parcelas de amortização e ao resgate das Debêntures. As quantias relativas ao pagamento dos direitos creditórios deverão ser depositadas pelos respectivos devedores em conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Citibank S.A., que será movimentada exclusivamente pelo Banco Citibank S.A., de acordo as orientações do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviço de Conta Controlada, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Citibank S.A. em 29 de outubro de 2010.

5.11.3 Por meio de instrumento próprio, celebrado em 29 de outubro de 2010, a Emissora (a) cedeu aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável, irretratável e exclusivo, o direito à venda das Locomotivas à Vale Operações Ferroviárias, a ser exercido nos termos do Contrato de Fornecimento, conforme mencionado no item 5.9.5 acima; e (b) constituiu o Agente Fiduciário como seu bastante procurador para, em caso de omissão da Emissora por período superior a 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de rescisão do Contrato de Locação Usiminas, notificar a FCA, nos termos do item 3.2 do Contrato de Locação sob Condição, informando-a de que o Contrato de Locação sob Condição passará a produzir efeitos.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observando-se as restrições à negociação previstas no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal atualizado e acrescido de Juros Remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista no item 4.9.2 acima. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado

6.2.1 As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, a qualquer tempo e a critério exclusivo da Emissora. O resgate antecipado ao exclusivo critério da Emissora não se confunde com o resgate decorrente do vencimento antecipado das Debêntures, cujos eventos estão elencados no item 6.3 abaixo. Para que possa exercer a faculdade do resgate referida acima, a Emissora deverá, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, publicar comunicado ou enviá-lo a cada Debenturista, no qual deverá constar (a) a data do resgate; (b) o volume ou número de Debêntures que será resgatado; e (c) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O resgate antecipado ao exclusivo critério da Emissora, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, será efetuado mediante o pagamento, pela Emissora, dos valores calculados de acordo com a fórmula abaixo, acrescido de Prêmio de Resgate Antecipado, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor resgatado. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

$$PA = \left\{ \left(1 + \frac{t}{100} \right)^{\frac{d}{252}} \right\} * PU$$

PA = valor do resgate de cada uma das Debêntures em Circulação, na data do resgate

t = 7,95% (sete inteiros e noventa e cinco centésimos por cento)

d = *duration* (medida de tempo, definida pela média ponderada entre os valores presentes de cada fluxo futuro de cada uma das Debêntures, pelo seu prazo remanescente, em dias úteis)

PU = VNa, conforme 5.5.2 acima, acrescido dos Juros Remuneratórios até o efetivo resgate

c = taxa de remuneração em IPCA com vencimento ao *duration* remanescente das Debêntures, que corresponderá à menor taxa dentre as taxas informadas à Emissora e ao Agente Fiduciário por instituições financeiras de primeira linha.

1. The first group of 1000 people, who were
 2. the first to be interviewed, were asked to
 3. answer the following questions:

Figure 1 consists of three line graphs labeled (a), (b), and (c), each showing the percentage of correct responses (Y-axis, 0 to 100) for three groups (Control, MCI, AD) across three conditions (Baseline, 100 Hz, 200 Hz) for three tasks (Visual, Auditory, Tactile). The Control group (solid line with circles) maintains high performance (80-90%) across all conditions. The MCI group (dashed line with squares) shows a significant drop in performance at 200 Hz for the Visual task (approx. 40%). The AD group (dotted line with triangles) shows the lowest performance, with a significant drop at 200 Hz for the Auditory task (approx. 20%).

amente ao pagamento do

o do resgate serão liquidadas

ser notificada pela Emissora

b) dias úteis contados da realização

- 19/03/2019
- 09:11:10
- a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias em valor superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), desde que não seja devidamente sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data da data do recebimento de notificação nesse sentido;
 - b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias, independentemente do valor, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido;
 - c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da data do recebimento de notificação nesse sentido;
 - d) cessão ou promessa de cessão a terceiros de quaisquer dos bens que integram as Garantias, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas;
 - e) anulação, ou verificação da nulidade ou da inexecutibilidade das Debêntures;
 - f) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
 - g) modificação do objeto social da Emissora, distribuição ou antecipação de dividendos em valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por mês, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
 - h) fusão, cisão ou incorporação da Emissora, salvo se (i) tal fusão, cisão ou incorporação seja realizada dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, não comprometa, a critério dos Debenturistas, a capacidade de pagamento da Emissora e não eleve o grau de alavancagem da Emissora; ou (ii) seja obtida a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
 - i) desde que o Contrato de Locação sob Condição esteja produzindo efeitos, nos termos do item 18.1, subitem (xi) do referido instrumento, mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da FCA, sem a aprovação prévia ou posterior dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral; para efeitos deste item "i"; entende-se como mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, a mudança de

titularidade, em um único evento ou em uma combinação de eventos, de mais de 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias atualmente vinculadas ao Acordo de Acionistas da FCA, desconsiderando-se, para esse fim, as transferências de ações realizadas: (i) entre acionistas pertencentes ao grupo de controle, ou (ii) dos acionistas pertencentes ao grupo de controle para suas respectivas controladoras, controladas, ou sociedades sob controle comum;

- j) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido no respectivo contrato;
- k) protestos de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que o protesto foi sustado ou que a exigibilidade do título foi suspensa;
- l) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- m) arresto, sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;
- n) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante;
- o) rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Locação Usiminas e do Contrato de Locação sob Condição, cumulativamente;
- p) rescisão do Contrato de Aquisição das Locomotivas previamente ao recebimento das 40 (quarenta) Locomotivas; e
- q) exercício, pela Emissora, do direito de venda das Locomotivas à Vale Operações Ferroviárias, conforme mencionado no item 5.9.5.1 acima.

6.3.2 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento dos valores indicados no item 6.3.1 acima, caso Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação tenham optado por declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3.3 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

6.3.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.3.3 acima. O resgate poderá ser realizado, a critério da Emissora, por meio de dação em pagamento, conforme disposto no item 5.9.6.1 acima, sem prejuízo do disposto no item 5.9.5 acima.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
 - ii) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 15 (quinze)

- 

- ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- iv) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) informar a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente a instituição intermediária líder da oferta; e
- vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- d) enviar à CETIP (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (iii) e (iv) do subitem (c) acima; (ii) documentos e informações exigidas por essa entidade no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas nos normativos da CETIP, inclusive aquelas previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- f) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;



- h) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- k) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas;
- l) diligenciar para que os bens que sejam considerados materialmente relevantes para a execução do seu objetivo social sejam mantidos adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e
- n) arcar com todos os custos (i) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iii) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;

- 2011
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
 - c) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
 - d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
 - e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - f) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
 - g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
 - h) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
 - i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - j) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
 - k) ter verificado a regularidade da constituição das Garantias.

8.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário, indicando seu substituto em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e sob a legislação em vigor.

8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4 Além de outros previstos em lei ou em atos normativos da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

- JUL 2011
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
 - h) verificar a regularidade da constituição das Garantias;
 - i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
 - j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamentadamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
 - k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;

- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - x) declaração acerca da exequibilidade das Garantias;
- n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



- i) na sede da Emissora;
 - ii) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - iii) na CVM; e
 - iv) na sede da instituição intermediária líder na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- o) enviar comunicado aos Debenturistas informando-os de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e CETIP;
- t) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76; e
- u) verificar a manutenção da regularidade e da exequibilidade das Garantias.

8.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a large, stylized cursive mark, and the second is a smaller, more compact cursive mark.

l

Emissora, (c) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures em assembléia geral, (d) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (e) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$ 6.740,00 (seis mil, setecentos e quarenta reais) por mês durante o período em que a Emissora permanecer nessa situação.

8.7.1.4 Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA a partir de julho de 2010.

8.7.1.5 As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, obtenção de certidões e despachantes, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos nossos serviços, a serem arcadas pela Emissora.

8.7.1.6 Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

8.7.1.7 As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.7.1.8 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente

suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.1.9 Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente estabelecido no item 8.7.1.2 acima.

8.7.1.10 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

8.7.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que observado o disposto no item 8.8.1. O ressarcimento a que se refere o item 8.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.8.1 Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.



8.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

8.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

8.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.5 As despesas a que se refere o item 8.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- e) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.



8.8.6 Observado o disposto nos itens 8.8 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura.

9.8.1 As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tratem da alteração de prazos, das Garantias, do valor e da forma de pagamento da remuneração, da amortização, do resgate e/ou das hipóteses de vencimento antecipado dependem de quórum

qualificado para serem aprovadas, consistente na aprovação por 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação.

9.8.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

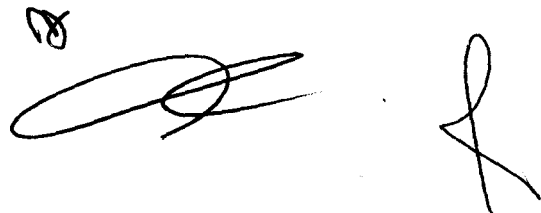
- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- e) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- g) aceitar integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e
- i) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.



11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar: (i) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (iii) na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page.

JUN 29
09 11 10

- i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- j) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- k) manterá sua existência como pessoa jurídica e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- l) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu Estatuto Social;
- m) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- n) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão;
- o) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;
- p) cumprirá com a legislação a que se sujeita; uma vez verificado o descumprimento desta obrigação, a Emissora terá o prazo que lhe for concedido pelo órgão ou agente fiscalizador para sanar tal descumprimento;
- q) não aplicará recursos ou ativos em atividades outras que não sejam correlatas ao seu objeto social;
- r) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração das políticas contábeis ou práticas de



divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis e demais princípios contábeis brasileiros;

- s) (i) não tem conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de quaisquer contingências ou passivos ocultos de natureza fiscal ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não, em valores iguais ou superiores a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por contingência, individualmente considerada; e (ii) está cumprindo regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou de tribunais relativos a questões fiscais e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações tributárias principais e acessórias;
- t) até o resgate integral das Debêntures, as Locomotivas serão locadas pela Emissora exclusivamente à Usiminas e à FCA, observados os termos do Contrato de Locação Usiminas e do Contrato de Locação sob Condição, exceto se a locação das Locomotivas a terceiro for previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral; e
- u) não realizará qualquer alteração substancial que possa afetar os interesses dos Debenturistas no: (i) Contrato de Locação Usiminas; (ii) Contrato de Locação sob Condição; (iii) Contrato de Aquisição de Locomotivas; e (iv) Contrato de Fornecimento.

11.2 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- a) Para a Emissora:
Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Rua Iguatemi, nº 253, conjunto 37
São Paulo - SP
At.: Flávia Palacios
Telefone: (11) 3127-2860

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a stylized, cursive mark, and the second is a more complex, flowing signature.

Fax: (11) 3127-2708
E-mail: flavia.palacios@rbcapital.com.br

b) Para o Agente Fiduciário:

GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, sala 317, Barra da Tijuca

22.775-003 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2490-4305

Fax: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

c) Para o Banco Mandatário

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, Cerqueira César

São Paulo - SP

At.: André de Pina dos Santos

Telefone: (11) 4009-3920

Fax: (11) 2122-2057

d) Para a Instituição Depositária:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, Cerqueira César

São Paulo - SP

At.: André de Pina dos Santos

Telefone: (11) 4009-3920

Fax: (11) 2122-2057

E-mail: andre.pina@citi.com

e) Para a CETIP:

CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano

São Paulo - SP

Telefone: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

12.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a este, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às



disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.9 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

13. ARBITRAGEM

13.1 Toda e qualquer controvérsia resultante da e/ou relativa à interpretação desta Escritura deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

13.2 O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, exceto se de outra forma acordado entre as Partes, cabendo a cada uma das partes litigantes a escolha de seu respectivo árbitro, de acordo com os dispositivos do Regulamento de Arbitragem. Caso cada uma das partes não indique o seu respectivo árbitro no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento da notificação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Canadá deverá nomear os referidos árbitros. Os árbitros indicados pelas partes deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua nomeação, escolher, em conjunto, e de comum acordo, o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral. Caso os árbitros não cheguem a um consenso quanto à definição do terceiro árbitro no prazo acima previsto, tal nomeação deverá ser feita pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá, de acordo com as normas desta Câmara.

13.3 O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral, sendo que o idioma oficial da arbitragem será o português.



13.4 A sentença arbitral será definitiva e vinculante para as partes, não estando sujeita à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. O Tribunal Arbitral deverá dirimir o litígio considerando os termos e condições desta Escritura e a lei brasileira e não por equidade. A decisão do Tribunal Arbitral deverá ser entregue por escrito e ser fundamentada, apontando as evidências que a fundamentam e, na extensão aplicável, deverá estabelecer a forma pela qual o valor da condenação foi calculado, bem como será definitiva e vinculará as partes e será exequível e não estará sujeita a nenhum recurso judicial ou administrativo, salvo embargos de declaração previstos no artigo 30 da Lei nº. 9.307, de 26 de setembro de 1996. A decisão deverá incluir a distribuição dos custos, incluindo honorários de sucumbência, e as despesas razoáveis que o Tribunal Arbitral entender apropriados. Qualquer condenação monetária resultante dos processos arbitrais deverá incluir juros a partir da data de quaisquer danos incorridos pela violação ou outra infração desta Escritura e a partir da data da condenação até o pagamento integral, a uma taxa a ser fixada pelos árbitros.

13.5 A presente Escritura é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

13.6 Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados pelas partes litigantes individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das partes ou por ambas, conforme o Tribunal Arbitral venha a determinar ao final do procedimento.

13.7 As partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como a execução da sentença arbitral e para a execução específica de qualquer obrigação referida nesta Escritura.


E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

(assinaturas na página seguinte)



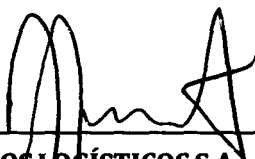
(Página de assinatura da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.," firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 29 de outubro de 2010.")

São Paulo, 29 de outubro de 2010.

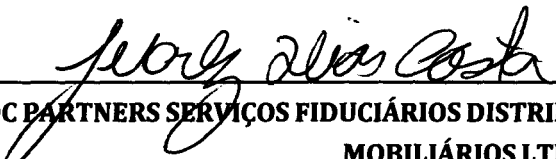


SALUS EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICOS S.A.

Por: **Flávia Palacios Mendonça**
RG 013.187.264-0 (SSP-RJ)
Cargo: CPF 052.718.227-37



Por: **Adalberto de Araújo Cavalcanti**
RG 3.748.360 (SSP/BA)
Cargo: CPF 704.506.414-49



GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

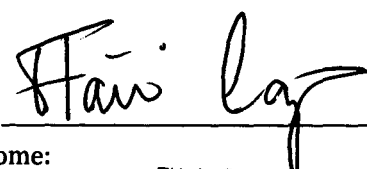
Por: **Juarez Dias Costa**
Cargo: **Diretor**

Por: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

1. 

Nome: **Paula Daniela Dal Molin**
CPF/MF: RG 4.762.418-3 (SSP-SP)
CPF 333.728.368-39

2. 

Nome: **Flávio Cagno**
CPF/MF: RG 23.987.433-9 (SSP-SP)
CPF 220.621.538-13



ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.," firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 29 de outubro de 2010.)

GLOSSÁRIO

Agente Fiduciário	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Banco Citibank S.A.
Câmara de Comércio Brasil-Canadá	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Contrato de Aquisição das Locomotivas	Contrato de Fornecimento de 40 Locomotivas SD40-2 e SD40-2T, celebrado em 14 de outubro de 2010 entre a Emissora e a MGE Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
Contrato de Fornecimento	Contrato de Fornecimento de Locomotivas, celebrado entre a Vale Operações Ferroviárias e a Emissora em 14 de outubro de 2010.

Contrato de Fornecimento MGE	Contrato de Fornecimento de 40 Locomotivas SD40-2 e SD40-2T, celebrado em 14 de outubro de 2010 entre a Emissora e a MGE.
Contrato de Locação sob Condição	Contrato de Locação de Locomotivas Sob Condição, celebrado em 14 de outubro de 2010 entre a Emissora e a FCA, tendo a Vale Operações Ferroviárias como interveniente anuente, que tem por objeto a locação das Locomotivas e somente passará a produzir efeitos na hipótese de rescisão do Contrato de Locação Usiminas.
Contrato de Locação Usiminas	Contrato de Locação de Locomotivas e Outras Avenças celebrado entre a Usiminas e a Emissora em 14 de outubro de 2010.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Qualquer data em que ocorrer pagamento de parcela do principal das Debêntures aos Debenturistas.
Data de Atualização	15 de outubro de cada ano, ou o primeiro dia útil seguinte, caso o dia 15 de outubro de determinado ano não seja dia útil.
Data de Emissão	15 de outubro de 2010.
Data de Vencimento	15 de outubro de 2017.
Debêntures	As 2.850 (duas mil oitocentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, da 1ª emissão da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (b) as de titularidade de (i) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (ii) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou

	indiretamente, da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.
Debenturistas	Titulares das Debêntures.
Direitos Creditórios	93,64% (noventa e três inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes (a) do Contrato de Locação Usiminas; e (b) do Contrato de Locação sob Condição, e que representam, durante o prazo da presente Escritura, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor total saldo do Valor Nominal.
Emissão	1ª emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previsto nos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
FCA	Ferrovia Centro Atlântica S.A., sociedade com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Sapucaí, nº 383, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.924.429/0001-75.
Garantias	As garantias descritas no item 5.11 da Escritura.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituição Depositária	Banco Citibank S.A.
Instrumento de Alienação	Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens




Fiduciária de Locomotivas	Móveis e Outras Avenças, firmado em 29 de outubro de 2010, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, , que tem por objeto a alienação fiduciária das Locomotivas em favor dos Debenturistas.
Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos e Outras Avenças, firmado em 29 de outubro de 2010, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, , que tem por objeto a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios em favor dos Debenturistas.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
IPC	Índice de Preço ao Consumidor, calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Juros Remuneratórios	Os juros remuneratórios das Debêntures calculados nos termos do item 5.6 acima.

Locomotivas	40 (quarenta) locomotivas, conforme descritas e especificadas no Anexo I do Contrato de Locação Usiminas.
Prêmio de Resgate Antecipado	O prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal não amortizado na hipótese de resgate antecipado das Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, na forma prevista no item 6.2.1.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos.
SND	Módulo Nacional de Debêntures.
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 3011, Bairro Engenho Nogueira, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.730/0001-05.
Vale Operações Ferroviárias	Vale Operações Ferroviárias S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha, nº 26, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.276.907/0001-28.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$51.113,50 (cinquenta e um mil, cento e treze reais e cinquenta centavos), na Data de Emissão.

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos S.A.," firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 29 de outubro de 2010.)

Data Pagamento	VNa	Fator de Juros	J	Ta	AM	Pagamento
51.113,50						
15/11/2010	51.440,37	1,006395	-	0,0000%	-	-
15/12/2010	51.602,04	1,006395	-	0,3252%	167,28	167,28
15/01/2011	51.639,25	1,006395	-	0,5674%	292,79	292,79
15/02/2011	51.551,26	1,006395	330,23	0,1704%	87,99	418,23
15/03/2011	51.379,02	1,006395	329,67	0,3341%	172,23	501,90
15/04/2011	51.122,03	1,006395	328,57	0,5002%	257,00	585,57
15/05/2011	50.737,95	1,006395	326,93	0,7513%	384,08	711,01
15/06/2011	50.225,90	1,006395	324,47	1,0092%	512,05	836,52
15/07/2011	49.710,58	1,006395	321,19	1,0260%	515,32	836,51
15/08/2011	49.192,00	1,006395	317,90	1,0432%	518,58	836,48
15/09/2011	48.670,07	1,006395	314,58	1,0610%	521,93	836,51
15/10/2011	48.144,83	1,006395	311,25	1,0792%	525,25	836,49
15/11/2011	47.616,24	1,006395	307,89	1,0979%	528,58	836,47
15/12/2011	47.084,28	1,006395	304,51	1,1172%	531,97	836,47
15/01/2012	46.548,88	1,006395	301,10	1,1371%	535,40	836,50
15/02/2012	46.010,08	1,006395	297,68	1,1575%	538,80	836,48
15/03/2012	45.467,80	1,006395	294,23	1,1786%	542,27	836,51
15/04/2012	44.922,10	1,006395	290,77	1,2002%	545,70	836,47
15/05/2012	44.372,88	1,006395	287,28	1,2226%	549,22	836,49
15/06/2012	43.820,17	1,006395	283,76	1,2456%	552,71	836,47
15/07/2012	43.263,92	1,006395	280,23	1,2694%	556,25	836,48
15/08/2012	42.704,08	1,006395	276,67	1,2940%	559,84	836,51
15/09/2012	42.140,69	1,006395	273,09	1,3193%	563,39	836,49
15/10/2012	41.573,68	1,006395	269,49	1,3455%	567,00	836,49
15/11/2012	41.003,04	1,006395	265,86	1,3726%	570,64	836,50
15/12/2012	40.428,76	1,006395	262,21	1,4006%	574,29	836,50
15/01/2013	39.850,79	1,006395	258,54	1,4296%	577,97	836,51
15/02/2013	39.269,12	1,006395	254,85	1,4596%	581,66	836,51
15/03/2013	38.683,74	1,006395	251,13	1,4907%	585,38	836,51
15/04/2013	38.094,62	1,006395	247,38	1,5229%	589,11	836,50
15/05/2013	37.501,76	1,006395	243,62	1,5563%	592,87	836,48
15/06/2013	36.905,11	1,006395	239,82	1,5910%	596,65	836,48
15/07/2013	36.304,62	1,006395	236,01	1,6271%	600,48	836,49
15/08/2013	35.700,30	1,006395	232,17	1,6646%	604,33	836,49
15/09/2013	35.092,11	1,006395	228,30	1,7036%	608,19	836,49

15/10/2013	34.480,03	1,006395	224,41	1,7442%	612,08	836,49
15/11/2013	33.864,04	1,006395	220,50	1,7865%	615,99	836,49
15/12/2013	33.244,13	1,006395	216,56	1,8306%	619,92	836,48
15/01/2014	32.620,24	1,006395	212,60	1,8767%	623,89	836,49
15/02/2014	31.992,36	1,006395	208,61	1,9248%	627,87	836,48
15/03/2014	31.360,45	1,006395	204,59	1,9752%	631,91	836,50
15/04/2014	30.724,52	1,006395	200,55	2,0278%	635,93	836,48
15/05/2014	30.084,50	1,006395	196,48	2,0831%	640,02	836,51
15/06/2014	29.440,39	1,006395	192,39	2,1410%	644,11	836,50
15/07/2014	28.792,17	1,006395	188,27	2,2018%	648,22	836,49
15/08/2014	28.139,80	1,006395	184,13	2,2658%	652,37	836,50
15/09/2014	27.483,27	1,006395	179,95	2,3331%	656,53	836,48
15/10/2014	26.822,54	1,006395	175,76	2,4041%	660,73	836,48
15/11/2014	26.157,59	1,006395	171,53	2,4791%	664,96	836,49
15/12/2014	25.488,37	1,006395	167,28	2,5584%	669,22	836,49
15/01/2015	24.814,86	1,006395	163,00	2,6424%	673,50	836,50
15/02/2015	24.137,07	1,006395	158,69	2,7314%	677,79	836,48
15/03/2015	23.454,93	1,006395	154,36	2,8261%	682,14	836,49
15/04/2015	22.768,43	1,006395	149,99	2,9269%	686,50	836,50
15/05/2015	22.077,55	1,006395	145,60	3,0344%	690,89	836,49
15/06/2015	21.382,24	1,006395	141,19	3,1494%	695,31	836,50
15/07/2015	20.682,48	1,006395	136,74	3,2726%	699,76	836,49
15/08/2015	19.978,24	1,006395	132,26	3,4050%	704,24	836,50
15/09/2015	19.269,51	1,006395	127,76	3,5475%	708,73	836,49
15/10/2015	18.556,25	1,006395	123,23	3,7015%	713,26	836,49
15/11/2015	17.838,42	1,006395	118,67	3,8684%	717,83	836,50
15/12/2015	17.116,00	1,006395	114,08	4,0498%	722,42	836,50
15/01/2018	16.388,97	1,006395	109,46	4,2477%	727,04	836,49
15/02/2018	15.657,28	1,006395	104,81	4,4645%	731,69	836,49
15/03/2018	14.920,92	1,006395	100,13	4,7030%	736,36	836,49
15/04/2018	14.179,84	1,006395	95,42	4,9667%	741,08	836,50
15/05/2018	13.434,02	1,006395	90,68	5,2597%	745,82	836,50
15/06/2018	12.683,44	1,006395	85,91	5,5872%	750,59	836,50
15/07/2018	11.928,06	1,006395	81,11	5,9556%	755,37	836,49
15/08/2018	11.167,85	1,006395	76,28	6,3733%	760,21	836,49
15/09/2018	10.402,78	1,006395	71,42	6,8507%	765,08	836,49
15/10/2018	9.632,81	1,006395	66,53	7,4015%	769,96	836,49
15/11/2018	8.857,92	1,006395	61,60	8,0443%	774,89	836,49
15/12/2018	8.078,08	1,006395	56,65	8,8039%	779,84	836,49
15/01/2018	7.293,25	1,006395	51,66	9,7156%	784,83	836,49
15/02/2018	6.503,39	1,006395	46,64	10,8299%	789,85	836,49
15/03/2018	5.708,49	1,006395	41,59	12,2229%	794,90	836,49
15/04/2018	4.908,50	1,006395	36,51	14,0140%	799,99	836,49
15/05/2018	4.103,40	1,006395	31,39	16,4022%	805,10	836,49
15/06/2018	3.293,15	1,006395	26,24	19,7458%	810,25	836,49
15/07/2018	2.477,72	1,006395	21,06	24,7615%	815,43	836,49
15/08/2017	1.657,07	1,006395	15,85	33,1211%	820,65	836,49
15/09/2017	831,18	1,006395	10,60	49,8406%	825,89	836,49
15/10/2017	-	1,006395	5,32	100,0000%	831,18	836,49